

REVISITANDO A (RE)CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS*

Cleusa Maria Andrade Scroferneker**

Resumo: Recentemente as Relações Públicas foram alvo de acaloradas discussões, face à eminência de não constar mais como área/subárea de conhecimento. Se por um lado essa situação gerou desconforto e indignação, especialmente entre os professores e pesquisadores da área, por outro, possibilitou o despertar da necessidade de repensá-la, reposicionando-a em patamares mais reflexivos. O antagonismo (aparente) dessa afirmação é proposital, considerando que de certa forma as Relações Públicas têm sido percebidas e entendidas muito mais pelo seu caráter empírico que teórico. Com base nesse argumento, o texto propõe alguns questionamentos sobre a área de Relações Públicas, guiadas pelo pensamento *moraniiano*.

Palavras-chave: Relações Públicas; Paradigma da Complexidade; ensino.

Abstract: Public Relations has recently been the subject of heated discussions due to having been considered by social communication experts as being no more an area/sub-area of that academy field. If, for some teachers and researchers of the area, that development has caused discomfort and indignation, on the other hand it has incentivated others to reflect and rethink upon the positioning of the discipline more carefully. The (apparent) conflict between those two viewpoints is established on

* Trabalho apresentado ao NP 05 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

** Doutorado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes na Universidade de São Paulo (ECA/USP). Professora-Titular no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e no curso de Comunicação Social (Habilitações Relações Públicas e Publicidade/Propaganda) na Faculdade de Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Famecos/PUCRS). *E-mail:*scrofer@puccrs.br

purpose, for we want to point out that Public Relations has been traditionally perceived and understood much more for its empirical than for its theoretical characteristics. Based upon that argument, our text intends to rethink upon some questions about Public Relations, from a *morinianian* perspective.

Key words: Public Relations; Paradigm of Complexity; teaching.

O inesperado surpreende-nos. É que nos instalamos de maneira segura em nossas teorias e idéias, e estas não têm estrutura para acolher o novo. Entretanto, o novo brota sem parar. Não podemos jamais prever como se apresentará, mas deve-se esperar sua chegada, ou seja, esperar o inesperado. E quando o inesperado se manifesta, é preciso ser capaz de rever nossas teorias e idéias, em vez de deixar o fato novo entrar à força na teoria incapaz de recebê-lo. (MORIN, 2000b, p. 30).

Recentemente as Relações Públicas¹ foram alvo de acaloradas discussões, em face da eminência de não constar mais como área/subárea de conhecimento. Se, por um lado, essa situação gerou desconforto e indignação, especialmente entre os professores e pesquisadores da área, por outro, possibilitou o despertar da necessidade de repensá-la, reposicionando-a em patamares mais reflexivos. O antagonismo (aparente) dessa afirmação é proposital, considerando que de certa forma as Relações Públicas têm sido percebidas e entendidas muito mais pelo seu caráter empírico que teórico.

Com base nesse argumento, resolveu-se trazer, agora para um fórum mais amplo, as reflexões apresentadas durante a realização da 3º Encontro da Rede Alcar,² que envolvem alguns questionamentos sobre a área de Relações Públicas, guiadas pelo pensamento *moriniano*. A opção pelo Paradigma da Complexidade, proposto por Morin, se justifica, por se acreditar ser necessária a (re)construção da história das Relações Públicas, tendo como referência(s) outro(s) paradigma(s).

Optou-se, igualmente, pela palavra *área*, não como área de conhecimento, mas na tentativa de minimizar os impasses conceituais que o próprio termo encerra, como bem assinalou Simões (1995, p. 45): “O termo Relações Públicas é polissêmico. [...] Verifica-se essa asserção observando-se o discurso de todos aqueles que tratam do assunto, pois com estas duas palavras visam identificar vários objetos.”

Para França (2003, p. 129) “é difícil tentar encontrar os caminhos pelos quais se chegou à formação do conceito de relações públicas no Brasil. Polissêmicas em suas manifestações, elas fazem que cada interlocutor as veja na medida de sua percepção”.

¹ A comunicação organizacional também foi alvo dos mesmos questionamentos, mas em face dos objetivos do presente artigo, a discussão ficará restrita ao âmbito das Relações Públicas.

² Abril/2005, GT Relações Públicas.

Essa polissemia, por sua vez, impregna as inúmeras definições – mais de 100 – revelando as incongruências e vicissitudes de uma área relativamente recente no Brasil. Em artigo publicado em 1999 (p. 212) Moura e Scroferneker³ já constataavam, após análise das definições de Relações Públicas “[...] a existência de um descompasso entre os diferentes autores. Não há consenso, a ambigüidade é constante”. Afirmavam, ainda, que as Relações Públicas se assemelhavam a um caleidoscópio, talvez um mosaico, multicolorido que de acordo com o movimento feito, apresentava diferentes configurações. Tal afirmação era referendada pelo fato de a análise realizada ter evidenciado que as Relações Públicas eram definidas como

uma técnica de comunicação, uma profissão, uma atividade ou conjunto de atividades, uma função administrativa, um método, um princípio fundamental da própria existência do ser humano, uma religião ou ainda uma filosofia de administração. (MOURA; SCROFERNEKER, 1999, p. 212).

França (2003, p. 130) também identificou “tendências que caracterizam a atividade como própria do campo da administração, das Ciências da Comunicação e das Ciências Sociais Aplicadas, ou mesmo como uma mera prestadora de serviços às organizações, havendo até quem a eleve ao nível de ciência”.

Autores como Simões (1995, 2001), e Kunsch (1989, 1997, 2003) e mais recentemente França (2003) e Ferrari (2002, 2003), trilhando caminhos e/ou abordagens teóricas diferentes, têm procurado dimensionar e definir o campo de atuação dessa área.

Em *Relações Públicas e micropolítica* (2001, p. 13), Simões afirma estar trazendo “um olhar renovador posterior e mais específico sobre a teoria que define conceitualmente a atividade de Relações Públicas como *Gestão da Função Organizacional Política*”. Para esse autor, portanto, “a atividade (profissional) de Relações Públicas é a Gestão da Função Política”, visando “[...] à ação favorável dos públicos à missão da organização”. (2001, p. 51-52). Kunsch, por sua vez, destaca, no prefácio da 4ª edição de seu livro *Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada*, que uma das três propostas dessa edição revista, atualizada e ampliada é procurar “posicionar as relações públicas, estrategicamente como um campo das ciências da comunicação com teorias próprias, que desempenha funções específicas nas organizações”. (2003, p. 13).

.....
³ Veja-se MOURA, Claudia Peixoto de; SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. Relações Públicas x função política e a administração de conflitos/controvérsias nas organizações. In CÔRREA, Tupã Gomes; FREITAS, Sidinéia Gomes (Org.). **Comunicação, marketing, cultura: sentidos da administração do trabalho e do consumo**. São Paulo: ECA/USP/CLC, 1999. p. 203-227.

França recorrendo à categoria aristotélica de relação, afirma que “a essência da atividade de relações públicas são os relacionamentos estratégicos com públicos específicos e que somente a partir deles é que se estabelecem as diferentes modalidades do exercício profissional ou da parte operacional da atividade”. (2003, p. 150). Para esse autor, “relações públicas são uma atividade estratégica de relacionamentos com públicos específicos”. (p. 150).

Para Ferrari (2003, p. 58) “as relações públicas aparecem no cenário das organizações para ajudar a construir relacionamentos harmônicos e duradouros destas com os públicos dos quais depende a sua sobrevivência”.

As perspectivas desenvolvidas pelos autores mencionados reafirmam e consolidam o objeto das Relações Públicas: organizações-públicos, mas também evidenciam que a área ainda encontra-se em uma “encruzilhada” conceitual.

É provável que esses autores tenham igualmente essa percepção, na medida em que enfatizam, em seus textos, a escassez de pesquisas, especialmente no âmbito acadêmico, reiterando a necessidade de produção e avanço do conhecimento na área de Relações Públicas. Sem pesquisa não há geração de conhecimento. Para Ferrari

é preciso definir relações públicas de forma clara e concisa e, ao mesmo tempo desenvolver pesquisas que permitam identificar as suas diferenças locais e, então estruturar um programa de divulgação, de forma a possibilitar à sociedade uma compreensão adequada de seu conceito. (2003, p. 10).

Desde já duas questões se impõem: acaso não é isso que as Relações Públicas vêm fazendo há muito tempo, especialmente via Conselhos? Como explicar que uma área que trabalha com comunicação, que busca o entendimento entre as partes (só para citar alguns dos seus desafios) não tenha ainda conseguido a construção dessa definição, a identificação das diferenças, e mais: não tenha obtido a compreensão do seu conceito?

França (2003) elenca quatro razões (consideradas ousadia por ele) para justificar a pouca visibilidade dessa atividade iniciada em 1914, no Brasil: poucos estudos específicos sobre a conceituação teórica de Relações Públicas; “a produção inicial ligada às relações públicas foi em grande parte perdida, não divulgada ou só permaneceu acessível a poucos”; ausência de análise crítica do que é produzido em Relações Públicas, levando ao seu consumo “sem contestação”. O autor enfatiza a quarta razão como uma das causas determinantes da “[...] atual falta de excelência dessa atividade, isto é, “a falta de debate, da controvérsia, que se diz própria de relações públicas”. (p. 129). Para o mesmo autor

amplia-se o debate quando se criticam as relações públicas como atividade que ainda não foi capaz de constituir e defender *um corpo consolidado de doutrina* a sustentá-la e a lhe dar *status* de a diferenciá-la das habilitações midiáticas da comunicação social,

oferecendo-lhe maior peso no contexto administrativo e estratégico das organizações. (FRANÇA, 2003, p. 131-132).

Acredita-se que não se trata de buscar culpados e/ou iniciar discussões inócuas que têm levado no mais das vezes a responsabilizar a atuação de outras áreas, como o *marketing* e no limite da paranóia, da comunicação organizacional, por essas e outras dificuldades. Em relação à Comunicação Organizacional, como pode ser *responsabilizada* por algo quando se constitui numa das principais atribuições da área de Relações Públicas? Admiti-las como áreas concorrentes é ignorar e/ou desconhecer que se constituem na “cara e coroa” de uma mesma moeda.

Talvez uma das causas possíveis esteja na discreta participação da universidade, mais especificamente dos docentes dos cursos de Relações Públicas⁴ que vêm negligenciando a produção de conhecimento nessa área. Basta atentar para o número reduzido de lançamentos de obras de Relações Públicas e as dificuldades encontradas pelos professores em inovar e/ou atualizar os seus textos. É bastante comum alunos de cursos de Relações Públicas trabalharem o mesmo texto em mais de uma disciplina. Quem já não ouviu: “Este texto nós já lemos na disciplina X. Vamos ter que lê-lo novamente?” Isso não quer dizer que um mesmo texto não possa ser explorado, a partir de novas visões e/ ou perspectivas, mas essa não tem sido, com certeza, a prática mais comum.

Retomamos o impasse. Estamos novamente em uma encruzilhada. Novos questionamentos emergem, agora, no plano estritamente acadêmico, no processo ensino-aprendizagem.

Como é contextualizado o surgimento das Relações Públicas? A que situações e/ou fatos a atividade e a atuação profissional estão relacionadas na sua origem? Como todo esse conhecimento tem sido desenvolvido com os alunos de Comunicação Social, especialmente com os de Relações Públicas? E os professores, profissionais dessa área, têm sido suficientemente críticos e reflexivos para (re)construírem essa trajetória?

Em relação às duas primeiras questões, a tentativa de resposta é igualmente um questionamento: Quais os impactos (se é possível estabelecê-los) de uma trajetória que expõe, de forma clara, o maniqueísmo de uma área? Ou fica alguma dúvida quando se depara com a seguinte colocação: “Assim, os grandes capitalistas denunciados, acusados e acuados encontraram em Yvy Lee o grande caminho para evitar

⁴ Cabe destacar a contribuição dos professores/pesquisadores **Ana Wels** (Famecos/PUCRS) e **Rudimar Baldissera** (Feevale/UCS) que, em suas teses de Doutorado (2004), valendo-se do Paradigma da Complexidade, revisitaram a área das Relações Públicas. Também, é necessário mencionar a contribuição de **João José Curvello** (Universidade Católica de Brasília – UCB) e **Celsi Brönstrup Silvestrin** (Universidade Federal do Paraná – UFPR) nas discussões conceituais.

denúncias.” (WEY, 1986, p. 30). Essa e tantas outras passagens que fazem parte da história das Relações Públicas nos Estados Unidos, na Europa ou mesmo no Brasil (especialmente no que se refere ao período militar) precisam ser retomadas e recontextualizadas, discutidas, até porque há uma outra história a ser contada.

Essa outra história das Relações Públicas necessita ser (re)construída, e o espaço dessa reconstrução é a universidade. Professores e alunos são os artífices dessa (re)construção.

Talvez, um dos passos dessa (re)construção esteja na possibilidade de se rever o paradigma que tem acolhido as Relações Públicas, e que, de certa forma, vem sendo reiteradamente reforçado. As Relações Públicas têm buscado, historicamente, acolhimento no paradigma funcionalista. De acordo com Rüdiger, sob essa perspectiva,

os processos de ação social se estruturam em sistemas, que procuram reduzir as tensões do mundo da vida e manter equilibrado o funcionamento da sociedade. A sociedade deve ser estudada como um sistema complexo de relações funcionais — resultantes da colaboração conjunta de todos os seus membros — que se estrutura em seus vários níveis, visando solucionar os problemas surgidos no curso da vida em comum. (1998, p. 50).

Essa quase exclusividade na utilização desse paradigma, não raras vezes, tem levado a um reducionismo em abordar a área de Relações Públicas na sua concepção do *como-fazer* identificando o profissional de Relações Públicas como *tarefaíro*. Para França (2003, p. 132) “em sua maioria, as definições são meramente *funcionais, operacionais e descritivas*, [...] não expressam o que são as relações públicas pela sua essência, mas por suas propriedades e pela enumeração de suas diversas funções, estratégias e ações”.

De acordo com Morin (2001, p. 26), “o paradigma desempenha um papel ao mesmo tempo subterrâneo e soberano em qualquer teoria, doutrina ou ideologia. O paradigma é inconsciente, mas irriga o pensamento consciente, controla-o e, neste sentido, é também supraconsciente”.

Buscando estabelecer algumas correlações com o pensamento *moriano*, acredita-se ser possível afirmar que as Relações Públicas se desenvolvem atreladas ao paradigma da simplificação. “O paradigma da simplificação (disjunção e redução) domina a nossa cultura actualmente e é actualmente que começa a reacção contra a sua empresa”, afirma Morin (2001, p. 112). Sob essa perspectiva,

o paradigma da simplicidade é um paradigma que põe ordem no universo e expulsa dele a desordem. A ordem reduz-se a uma lei, a um princípio. A simplicidade vê que o uno, quer o múltiplo, mas não pode ver que o Uno pode ser ao mesmo tempo o Múltiplo. O princípio da simplicidade quer separar o que está ligado (disjunção), quer unificar o que está disperso (redução). (MORIN, 2001, p. 86).

Não há pretensão de execrar o paradigma funcionalista, mas de alertar para a necessidade de buscar-se outros paradigmas para darem conta das inquietações de pesquisadores, professores e alunos de Relações Públicas. Simões (2001, p. 29) afirma: “Professores e alunos defrontam-se com dificuldade no que diz respeito ao que estão explicando e ao que deveriam estar compreendendo sobre esta tal ‘Relações Públicas’.” Acaso as (inúmeras) possibilidades de explicação e compreensão não estão relacionadas ao conhecimento?

Para Morin (2000a, p. 15) “o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. A informação é entendida como “[...] a matéria-prima que o conhecimento deve dominar e integrar”; já o conhecimento deve ser permanentemente revisitado e revisado pelo pensamento; e o pensamento, por sua vez, “é, mais do que nunca, o capital mais precioso para o indivíduo e a sociedade”. (MORIN, 2000a, p. 18).

Ainda segundo o mesmo autor,

Todo o conhecimento opera por selecção de dados significativos e rejeição de dados não significativos: separa [...] e une; [...] hierarquiza e centraliza [...]. Estas operações, que utilizam a lógica, são de facto comandadas por princípios “supralógicos” de organização do pensamento ou *paradigmas*, princípios ocultos que governam a nossa visão das coisas e do mundo sem que disso tenhamos consciência. (MORIN, 2001, p. 14).

Quem sabe é chegada a hora de as Relações Públicas revisitarem a sua história, ampliando a sua visão das coisas com consciência. Como já dizia Geraldo Vandré em “Para não dizer que não falei das flores”, quem sabe faz a hora não espera acontecer...

Dentre as muitas possibilidades está o Paradigma da Complexidade, que, segundo Morin, (2001, p. 22) “comportaria um princípio dialógico e translógico, que integraria a lógica clássica tendo simultaneamente em conta os seus limites *de facto* (problemas da contradição) e *de jure* (limites do formalismo)”. Para o mesmo autor

à primeira vista, a complexidade é um tecido (complexus: o que tecido junto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Na segunda abordagem a complexidade é efectivamente o tecido de acontecimentos, acções, interacções, retroacções, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal. (MORIN, 2001a, p. 20).

As colocações de Morin, de certa forma, sinalizam alternativas para a (re)construção da história das Relações Públicas, onde há a possibilidade de ser, simultaneamente, ator e autor dessa outra parte da história.

Vive-se em um mundo de relações voláteis e intensas, de economias globalizadas e globalizáveis, de organizações lucrativas, responsáveis socialmente, que ora se humanizam, para se desumanizarem logo adiante. É o estímulo aos indivíduos

organizacionais “sem rosto” (ou seria outro rosto?), da virtualização da comunicação. Como as Relações Públicas estão transitando em uma realidade-mundo cada vez mais complexa e que impõe soluções únicas para organizações únicas, embora múltiplas? O olhar funcional tem conseguido perceber e interpretar essa nova realidade?

A (re)construção dos currículos dos cursos de Relações Públicas se constitui em uma das alternativas concretas desse revisitar e dessa revisão. Morin (2000, p. 24) alerta: “Não se joga o jogo da verdade e do erro somente na verificação empírica e na coerência lógica das teorias. Joga-se também, profundamente, na zona invisível dos paradigmas. A educação deve levar isso em consideração.” Aceitar tal afirmação implica concordar com o autor quando ele afirma que é “necessária a reforma do pensamento”, isto é, de uma reforma paradigmática, e não, programática. As revisões curriculares têm revisitado o(s) paradigma(s) que as têm sustentado? A preocupação excessiva com a “voz” do mercado não tem levado à criação de um elenco de disciplinas isoladas, que fragmentam o conhecimento, dificultando a reflexão e o posicionamento crítico? Para Morin (2000a, p. 17) “os conhecimentos fragmentados só servem para os usos técnicos”.

Torna-se, portanto, necessário,

pensar o ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada. (MORIN, 2000a, p. 16).

É importante deixar claro que não é intenção da autora afirmar que o Paradigma da Complexidade é o melhor caminho ou a melhor saída, nem tampouco, negar toda a contribuição do Paradigma Funcionalista, até porque há outros paradigmas que poderão nortear pesquisas e contribuições para a área de Relações Públicas, ancoradas no pensamento de autores como Thompson e sua *Hermenêutica em Profundidade* (HP) ou Barthes com o Estruturalismo. Para Morin (2001, p. 21) “o desenvolvimento do conhecimento científico é poderoso meio de detecção dos erros e de luta contra as ilusões. Entretanto, os paradigmas que controlam a ciência podem desenvolver ilusões, e nenhuma teoria científica está imune para sempre contra o erro”.

Tem-se a convicção que, ao pretender o entendimento, a compreensão e a mediação de fenômenos complexos como os relacionamentos organização-públicos, as Relações Públicas necessitam refletir e discutir sobre essas complexidades recorrendo e estabelecendo linhas de pesquisa ou de estudos que enfrentem desafios em relação às interfaces dessa área, inclusive com outras áreas do conhecimento e com outros paradigmas.

A pretensão (ou será ousadia?), portanto, é alertar para a necessidade de pesquisa, de produção de conhecimento, de reflexão e crítica à luz de outras perspectivas, de outros paradigmas. É preciso incomodar-se com o que está posto, mesmo que

seja para confirmar que se estava errado, pois “todo o conhecimento comporta o risco do erro e da ilusão. A educação do futuro deve enfrentar o problema da dupla face do erro e da ilusão [...]. A educação deve mostrar que não há conhecimento que não esteja, em algum grau ameaçado pelo erro e pela ilusão”. (MORIN, 2000b, p. 19).

É mister confessar que, quando da decisão em escrever este texto trilhando o caminho da complexidade, as sensações de insegurança e incerteza se fizeram presentes. Mas à medida que o texto ia sendo construído e desconstruído (a partir dos inúmeros questionamentos), essas sensações revelavam-se confortáveis, pois de acordo com Morin (2000b, p. 31), pôr em prática nossas interrogações “constitui o oxigênio de qualquer proposta de conhecimento”. Então fica o convite (ou será um desafio?) para que este oxigênio seja compartilhado na universidade pelos docentes de Relações Públicas (pois há para todos), a fim de evitar-se que as Relações Públicas entrem em “agonia e deixem de respirar”.

REFERÊNCIAS

FERRARI, Maria Aparecida. Novos Aportes das Relações Públicas para o século XXI. *Revista de Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, Umesp, ano 24, n. 39, p. 53-65, 2003.

FRANÇA, Fábio. Subsídios para o estudo do conceito de relações públicas no Brasil. *Revista de Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, Umesp, ano 24, n. 39, p. 127-154, 2003.

KUNSCH, Margarida M. K. *Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional*. São Paulo: Summus, 1997. v. 56. (Coleção Novas Buscas em Comunicação).

_____. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

_____. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1989.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. *A cabeça bem-feita: repensar e reformar, reformar o pensamento*. Trad. de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000b.

MOURA, Claudia Peixoto de; SCROFERNKER, Cleusa Maria Andrade. Relações Públicas x função política e a administração de conflitos/controvérsias nas organizações. In: CÔRREA, Tupã Gomes; FREITAS, Sidinéia Gomes (Org.). *Comunicação, marketing*,

Cultura: sentidos da administração, do trabalho e do consumo. São Paulo: ECA/USP/CLC, 1999. p. 203-227.

RÜDIGER, Francisco. *Introdução à teoria da comunicação: problemas, correntes e autores.* São Paulo: Edicon, 1998.

SIMÕES, Roberto Porto. *Relações Públicas e micropolítica.* São Paulo: Summus, 2001. v. 64. (Coleção Novas Buscas em Comunicação).

_____. *Relações Públicas: função política.* São Paulo: Summus, 1995.

WEY, Hebe. *O processo de Relações Públicas.* 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.